



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1540231 - SP (2019/0202262-9)

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
AGRAVANTE : GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA  
ADVOGADOS : VICTOR MORAES DE PAULA - SP086720  
GLEDSON MARQUES DE CAMPOS - SP174310  
MÁRCIO DE SOUZA POLTO - SP144384  
MAURO PEDROSO GONÇALVES - DF021278  
RICARDO QUASS DUARTE E OUTRO(S) - SP195873  
MARIA CRISTINE BRANCO LINDOSO - DF055742  
AGRAVADO : NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA  
ADVOGADO : ADRIANA D'AVILA OLIVEIRA - SP313184  
AGRAVADO : LEW'LARA/TBWA PUBLICIDADE PROPAGANDA LTDA  
ADVOGADO : MARIANA SCEPPAQUERCIA LEITE GALVAO - SP169057

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ.

1. Agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em ação de indenização, em sede de cumprimento de sentença.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
4. A sentença (ou o ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais), como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015. Precedente. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.
5. Agravo em recurso especial conhecido. Recurso especial não conhecido.

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA., contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea “a” do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em: 08/03/2019.**

**Concluso ao gabinete em:** 18/03/2019.

**Agravo de instrumento:** interposto pela agravante, em face de NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. e OUTRO, contra decisão proferida em ação de indenização, em sede de cumprimento de sentença.

**Acórdão:** negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

Ementa: Agravo de Instrumento - Cumprimento de sentença - Insurgência contra parte da decisão que deixou de fixar os honorários advocatícios para a fase de cumprimento de sentença - Execução provisória teve início durante a vigência do CPC/1973, ausente previsão de fixação de honorários advocatícios para a hipótese - Atenção ao disposto no artigo 14 do CPC/2015 - Norma processual não retroagirá - Decisão mantida - Recurso improvido.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 520, §2º, e 523, §1º, do CPC/15.

Afirma que, apesar de vigente o CPC/73 quando da intimação do cumprimento provisório, no momento em que o cumprimento de sentença retomou o seu curso e o pagamento foi realizado, o CPC/15 já estava em vigor, motivo pelo qual deveriam incidir os honorários advocatícios.

**É O RELATÓRIO. DECIDO.**

**- Julgamento: CPC/15**

**- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 520, §2º, do CPC/15, indicados como violados. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

**- Da existência de fundamento não impugnado**

O agravante não impugnou os fundamentos utilizados pelo TJ/SP quanto à aplicação do art. 14 do CPC/15 e a impossibilidade de se confundir a aplicação imediata da norma aos processos em curso e a retroatividade da Lei (e-STJ, fls. 169/171). Como esse fundamento não foi impugnado, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

**- Da Súmula 568/STJ**

Ainda que assim não fosse, a Corte Especial do STJ entende que “a

*sentença (ou o ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais), como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015” (EAREsp 1.255.986/PR, Corte Especial, DJe de 06/05/2019).*

Na hipótese, o Tribunal de origem decidiu que não haveria que se falar em fixação dos honorários advocatícios para a fase de cumprimento de sentença pela aplicação da nova norma processual, pois o início da execução provisória se deu sob a vigência do CPC/73 (e-STJ, fls. 169/171), em consonância com o entendimento dominante sobre o tema nesta Corte. Aplica-se, portanto, a Súmula 568/STJ no particular.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora